



Assembleia de Freguesia de Portimão

Acta nº 14/2008

Aos vinte e oito dias do mês de Novembro de dois mil e oito, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, nesta cidade de Portimão, na sede da Junta de Freguesia de Portimão, sita na Praça da República, nº 25, 8500-540, reuniram em sessão ordinária de Assembleia de Freguesia de Portimão, os seguintes elementos: -----

Filipe Mesquita Vital, Presidente da Mesa, Maria Fernanda Neves da Silva, 1ª Secretária, João Carlos Miguel Monteiro, 2º Secretário, António Alves Alferes Pereira, Dionísio António dos Santos Filipe, Estela dos Reis Alves Belchior, Amílcar de Sousa Bentes e Idalina Maquedones, pelo Partido Socialista; José Francisco Conceição Sanches, pela CDU; Vasco António Guerreiro Carapucinha, António Luís Santos Marcelo, Maria Gabriela Silva, José António Cabeça, pela Coligação Portimão Primeiro, Simeão Leonor Quedas, pelo Bloco de Esquerda e Ângela Margarida Gomes, pela Solução por Portimão. -----

A presente sessão foi convocada com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1º - Período de intervenção do público; -----

2º - Período de antes da ordem do dia; -----

3º - Discussão e Votação do Orçamento e Plano de Actividades da Junta de Freguesia para o ano de 2009 -----

3º - Informação da Presidente da Junta; -----

Aberta a sessão, o Presidente da Mesa, Filipe Mesquita Vital, informa da entrega, na mesa, de uma errata ao orçamento que substitui o ponto 3.1.1. “Despesas com o pessoal”, na página 7 do documento. Foi ainda entregue o mapa de pessoal da Junta de Freguesia de Portimão, documento que, a partir deste ano, é obrigatório. -----

De seguida, o Sr. Presidente da Mesa procedeu à leitura dos pedidos de substituição. Neste âmbito, Amílcar Bentes entrou em substituição de João Miguel Júdice e Idalina Maquedones em substituição de Ana Cristina Calvino, ambos da bancada do PS.-----

Não havendo inscrições para o período de intervenção do público, passa-se ao **ponto n.º 2** da ordem de trabalhos, **período antes da ordem do dia** em que Simeão Quedas, da bancada do BE, lê uma moção pela suspensão do actual sistema de avaliação e pela qualidade da escola pública, propondo que esta Assembleia se solidarize com a luta dos professores e educadores, recomendando a imediata suspensão de todas as iniciativas e actividades relacionadas com o processo de avaliação em curso, resultante da aprovação do Decreto Regulamentar 2/2008, de 10 de Janeiro. Solicita a mesma moção que esta seja enviada ao Presidente da



Assembleia de Freguesia de Portimão

Acta nº 14/2008

República, Primeiro-Ministro, Ministra da Educação, Presidente da Assembleia da República, Grupos Parlamentares e aos Movimentos e Sindicatos de professores e educadores. -----

Dionísio Filipe refere que aceita o descontentamento dos professores e as suas reivindicações, só não aceita que sejam colocados neste espaço, em virtude de se tratar de problemas de uma classe, não sendo, por conseguinte este o espaço de discussão próprio. -----

O Sr. Presidente da Mesa afirma concordar com a avaliação dos professores, sendo esta uma questão delicada. Todavia, algumas das questões reivindicadas pelos professores já estão aligeiradas. Percebe que o modelo de avaliação precisa de correcções. Como vivemos num Estado de Direito, há sempre a possibilidade de qualquer professor que se sinta injustiçado possa recorrer, mesmo que tenha de ser nos Tribunais. Pensa que o problema da avaliação é o receio dos professores de que esta tenha consequências nas carreiras. No entanto, não pode deixar de manifestar que é a favor da avaliação dos professores. Há que distinguir o trigo do joio, pois nem todos os professores são bons profissionais. -----

António Alves manifesta que, apesar de não concordar com as ideias de Manuela Ferreira Leite, concorda quando ela diz que não se fazem reformas para as pessoas mas com as pessoas. É verdade que os professores não são todos iguais, mas estes são também o reflexo de um sistema de longos anos. É evidente que nem todos os professores podem chegar ao topo da carreira. Mas os professores sempre foram avaliados para a subida de carreira. O que questiona é a existência de quotas para a subida de carreira. O que aqui está em causa não é ser bom ou mau professor, mas sim que dentro dos bons professores nem todos poderem subir. Pensa que a Educação tem sido tratada com leviandade neste país. As reformas não se devem fazer contra as pessoas ou para agradar aos pais. A Sr.^a Ministra deixou de ter credibilidade, são 120.000 professores a pensar da mesma forma. -----

Ângela Gomes apoia as palavras de António Alves e afirma que os professores nunca estiveram contra a avaliação, uma vez que sempre foram avaliados. Preocupa-se com o futuro dos alunos e pensa que esta é uma reforma economicista. Não é possível pensar que o país tem 120.000 professores de cabeças loucas. -----

António Marcelo manifesta que tem pena de ter ouvido certas afirmações por parte do Sr. Presidente da Mesa, estranhando que tenha referido que os professores nunca



foram avaliados, referindo que a primeira Ministra que impôs a avaliação foi Manuela Ferreira Leite, em que os professores faziam um trabalho científico e o defendiam. Neste momento, os professores podem ser avaliados com excelente, mas se só houver quota para uma subida só um sobe e todos os outros que tenham sido classificados de forma idêntica ficam para trás, podendo, inclusivamente subir um que tenha tido valor mais baixo dentro do excelente. Quanto às aulas de substituição, faz o desafio para o lançamento de um questionário aos alunos para se saber a opinião dos mesmos, pois não se pode acreditar que um professor de ginástica esteja apto a dar uma aula de alemão, ou vice-versa, por exemplo. Na verdade, as aulas de substituição retiraram o único tempo que as crianças tinham para brincar. Afirma que os professores não têm medo de ser avaliados. São contra o modelo de avaliação. O que acontece é que agora já nem as acções de formação são consideradas necessárias. -- Simeão Quedas afirma faltar, nesta discussão, o efeito da divisão de carreiras que esta reforma provocou e não aceita que haja professores de 1.ª e professores de 2.ª. A distinção do professor titular é extremamente injusta perante os outros. Nunca imaginou que os professores pudessem ser divididos e colocados uns contra os outros. -----

José Sanches afirma que quando só se fala na culpabilidade da ministra da educação, está a esquecer-se que ela faz parte de um Governo e é este o verdadeiro responsável pela situação. O que sempre tem ouvido é que os professores não rejeitam ser avaliados, pretendem é uma avaliação diferente, mais digna. Entende que esta moção é justa e que é um assunto de primordial importância para ser discutido aqui nesta Assembleia, uma vez que afecta grande parte da população portuguesa. ---

Vasco Carapucinha questiona o processo de entrada dos professores para a escola. -- Simeão Quedas explica que o professor entra após um estágio pedagógico, podendo, a partir desse momento, ter acesso à carreira docente. -----

Vasco Carapucinha afirma que por vezes parece que é a 1.ª vez que os professores são avaliados. -----

Simeão Quedas reafirma que os professores têm avaliação contínua ao longo da sua carreira. -----

António Marcelo refere que em qualquer profissão há indivíduos avaliados negativa ou positivamente. Os professores avaliados negativamente nunca progrediram na carreira. Está convicto de que, se o Governo tiver a coragem de excluir a questão das



Assembleia de Freguesia de Portimão

Acta nº 14/2008

quotas, o processo é aceite por parte dos professores. -----

Posta à votação a moção é aprovada com 7 votos a favor do BE, CDU, Solução por Portimão e três da Coligação Portimão Primeiro; 5 votos contra do PS; e 3 abstenções: um da Coligação Portimão Primeiro e 2 do PS. -----

De seguida, Gabriela Silva lê uma proposta de recomendação assinada pela própria e por Vasco Carapucinha, recomendando que o executivo da Junta de Freguesia de Portimão diligencie rapidamente no sentido de se atender às seguintes sugestões: considerando que no Largo do Dique se concentram os autocarros com destino a diversos pontos do país e que não existe um terminal na nossa cidade, seria razoável que pelo menos se colocassem mais abrigos para que os utentes dos referidos transportes pudessem aguardar pelos mesmos com um mínimo de conforto; considerando que também não existem casas de banho sugere-se que se criem as mesmas, quanto mais não seja, no local onde se situava o Cine Esplanada; considerando que os motoristas dos autocarros não têm um espaço onde possam aguardar a sua rendição, seria desejável que o mesmo fosse criado. -----

Vasco Carapucinha refere ainda a falta de iluminação pública na cidade. ----- Neste âmbito, a Sr.^a Presidente da Junta esclareceu que a Junta tem colocado diversos abrigos noutras zonas periféricas da cidade. A Junta já questionou a Câmara quanto a esta questão tendo-lhe sido respondido que a autarquia está a fazer um modelo único de abrigo para toda a cidade e que, dentro de pouco tempo, serão colocados, pois pretende-se uniformizar. Em relação à questão da iluminação pública, vai enviar-se a recomendação para a Câmara no sentido desta entidade proceder à chamada de atenção para a EDP. -----

Vasco Carapucinha refere que gostaria de obter alguma resposta da autarquia, uma vez que esta Assembleia nunca soube de qualquer resposta das várias recomendações que se têm enviado. -----

José Cabeça solicita a oportunidade para fazer algumas reparações a esta Assembleia, a saber: para quando a construção de uma passagem aérea ou subterrânea na V6, junto à já existente na zona do Lidle e Continente para deficientes ou pessoas com carros de criança; a mesma situação se coloca na Estrada de Lagos – Cabeço do Mocho, junto ao E.Leclerc; necessidade de reparação do pavimento em mau estado no desvio da V6 para a Av. Paul Harris, no lado poente e norte da Escola Manuel Teixeira Gomes, para além deste mau estado se verificar também noutras



Assembleia de Freguesia de Portimão

Acta nº 14/2008

ruas da cidade, bem como a má sinalização nos pavimentos; gostaria de saber qual é a entidade que fiscaliza os acabamentos dos trabalhos feitos pela empresa do gás canalizado, já que se verifica que os roços onde está colocada a respectiva tubagem têm abatimentos de cerca de 5 a 10cm no pavimento, o que deverá ser repostado; na passadeira de madeira ao longo da Praia da Rocha encontram-se vandalizadas e danificadas cerca de 20 lâmpadas de iluminação pública, bem como os seus resguardos; manifesta-se satisfeito por verificar que a Av. Afonso Henriques entrou em obras de reparação do pavimento, esperando que os carros abandonados junto do Pingo Doce sejam removidos após o trabalho; manifesta surpresa face à instalação de uma escola de A.T.L. na cave do Bloco B, na Quinta do Bispo, no Centro da cidade, em virtude de só ter uma porta de entrada e saída, estar situada numa cave e este não lhe parecer o local mais apropriado e com as condições de segurança exigidas por lei para o funcionamento de um estabelecimento daqueles; por outro lado alerta para o facto de o autocarro de transporte daquelas crianças dever reunir os requisitos adequados para o transporte de crianças. -----

Dionísio Filipe manifesta que estes é que são assuntos para colocar nesta Assembleia, uma vez que se está a discutir questões importantes da cidade. -----

Não havendo mais pedidos à Mesa, o Sr. Presidente coloca a acta da sessão anterior à votação. -----

Neste âmbito, José Sanches sugere alterações à acta, a saber: no primeiro parágrafo da página 103, em vez de se ler "... tem sempre investido em medidas paliativas.", deve ler-se "... tem sempre investido em medidas que não têm contribuído para o benefício do comércio". No fim do mesmo parágrafo, onde se lê "... baixarem os preços, existir só uma associação de comerciantes", deve ler-se "ter havido uma associação de comerciantes e agora existirem duas". No 4º parágrafo da página 105, onde se lê "economia do mercado", deve ler-se "economia de mercado". -----

A acta é aprovada com as alterações propostas com 14 votos a favor e 1 abstenção da bancada do PS. -----

Passando-se ao **ponto n.º 3** da agenda de trabalhos, "**Discussão e votação do orçamento e plano de actividades da Junta de Freguesia para o ano de 2009**", a Sr.ª Presidente da Junta faz uma breve introdução afirmando que este é um orçamento rigoroso e realista, que tem um aumento de 22% relativamente ao do ano anterior, que se justifica nas despesas e receitas de capital. No que respeita às



Assembleia de Freguesia de Portimão

Acta nº 14/2008

receitas correntes, verifica-se a perda de 50% das verbas do IMI. -----

Em relação às receitas próprias da Junta de Freguesia, o aumento verificado tem a ver com o aumento das taxas, aprovado em Assembleia de Freguesia. -----

Gabriela Silva manifesta achar o valor dos seguros de acidentes de trabalho exagerado, em função das despesas com o pessoal. Parece-lhe uma taxa muito elevada. Por outro lado, continua a pensar existir algum desequilíbrio entre os valores dos subsídios a conceder às IPSSs e às colectividades. -----

A Sr.^a Presidente da Junta esclarece que as taxas dos seguros contra acidentes de trabalho são as normais. Esclarece que estes seguros abrangem também os indivíduos admitidos nos Programas Ocupacionais através da Junta. No que respeita aos subsídios às IPSSs e colectividades, esse valor não pode equiparar-se, pois existem na Freguesia 6 IPSSs e 80 colectividades. -----

Vasco Carapucinha manifesta que nunca foram esclarecidos, nesta Assembleia, quais são os critérios de atribuição dos subsídios. Refere ainda que já pediu várias vezes para se ter acesso aos orçamentos dos anos anteriores a fim de se poderem analisar as comparações. Estranha o valor de 40.000 contos para a construção do coreto, bem como o valor da cobertura do parque infantil da Alameda. Manifesta não ter ficado elucidado quanto à questão das receitas do IMI. -----

A Sr.^a Presidente da Junta esclarece não existir regulamento de atribuição dos subsídios. A decisão é tomada em função da iniciativa das colectividades. As IPSSs são sempre apoiadas. Se no fim de cada ano sobra verbas, estas são concedidas às instituições. Quanto aos orçamentos dos anos anteriores, não foi feito nenhum mapa comparativo, uma vez que se tem partido do princípio que os membros da Assembleia têm sempre os documentos dos anos anteriores. Relativamente aos 200.000 euros do coreto, também o executivo da Junta ficou surpreendido com o valor; na realidade este coreto tem de ser construído com moldes específicos, que encarecem a sua execução; foram solicitados orçamentos a diversas fundições. Em relação à cobertura do parque infantil, o valor relaciona-se com o facto de não poder ser colocada ali uma cobertura qualquer. Neste momento está um arquitecto a desenhar o projecto. O executivo tem a consciência de que poderá vir a gastar-se esse valor ou até mais. Em relação à receita do IMI, informa que o seu valor não vai diminuir, todavia está a falar-se de prédios rústicos. -----

Amílcar Bentes manifesta o seu regozijo pela reconstrução do coreto, congratulando o



Assembleia de Freguesia de Portimão

Acta nº 14/2008

executivo desta Junta pela iniciativa e questiona qual o espaço escolhido para a sua colocação. -----

Vasco Carapucinha estranha que já se esteja a dar um valor para a cobertura do parque e manifesta continuar a achar exagerado o valor do coreto. Questiona a Sr.^a Presidente se a Junta apoia a Casa N.^a Sr.^a da Conceição. -----

A Sr.^a Presidente refere que a reconstrução do coreto corresponde a inúmeras solicitações dos fregueses, não sendo possível a sua implementação no mesmo espaço. Será o executivo da Câmara a decidir a sua localização. O executivo da Junta propôs que fosse instalado na zona ribeirinha junto à antiga lota. Concorda que se trata de uma obra cara, mas é o seu valor e será construído por uma empresa de Portimão. Informa ainda que todos os anos a Junta atribui um subsídio à Casa N.^a Sr.^a da Conceição.-----

Vasco Carapucinha questiona se foi aberto concurso para o efeito, manifestando ficar satisfeito por ser uma empresa de Portimão a ficar com o trabalho. -----

A Sr.^a Presidente esclarece que não foi aberto concurso, uma vez que a lei diz que para uma obra de arte é possível fazer a adjudicação directa de acordo com as escolhas. Foram pedidos vários orçamentos, tendo o trabalho sido entregue à Portiferro por ter sido a única empresa do país que deu orçamento de fundição. -----

José Cabeça questiona qual é a dimensão do coreto. -----

A Sr.^a Presidente informa que terá exactamente a mesma área do original. Informa ainda que pediram orçamentos a várias fundições, desde Braga a Vila Real, Silves; no entanto este trabalho de fundição já não é feito. Só esta empresa apresentou orçamento de fundição. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção o Sr. Presidente da Mesa coloca o orçamento e plano de actividades para à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

Passando-se ao último ponto da agenda de trabalhos, **informação da Presidente** da Junta, esta põe-se à disposição para possíveis esclarecimentos. -----

José Sanches questiona quais foram as decisões do Conselho de Segurança. -----

A Sr.^a Presidente informa que foram apresentados resultados estatísticos por parte das diversas forças de segurança, tendo-se concluído que Portimão ainda é uma cidade segura. -----

Não havendo mais pedidos de esclarecimento, o Sr. Presidente da Mesa dá nota do



Assembleia de Freguesia de Portimão

Acta nº 14/2008

convite para o jantar de Natal e incentiva os diversos elementos desta Assembleia a estarem presentes. -----

Vasco Carapucinha informa que já no ano anterior sugeriu que houvesse uma pequena contribuição e que esse valor fosse entregue a uma instituição de solidariedade. -----

havendo mais inscrições para pedidos de esclarecimento, o Sr. Presidente da Mesa, dá por encerrada esta sessão da Assembleia de Freguesia, pelas 23 horas e 20 minutos. -----

A Mesa da Assembleia de Freguesia,

O Presidente da Mesa

A 1ª Secretária

O 2º Secretário
